

Jornal

SINPRONNF

**SINDICATO DOS
PROFESSORES
DO NORTE NOROESTE FLUMINENSE**

<https://sinpronnf.com.br>
Nº 027 Ano VII – 2º Trimestre 2021
ISSN 24477281



1º DE MAIO, DIA DE LUTA!
Trabalhadores do mundo, uni-vos!



JORNAL DO SINPRONNF (ISSN 24477281)

* EDITOR CHEFE
Job Tolentino Junior
(SECRETARIA DE RELAÇÕES POLÍTICAS SINDICAIS E ASSUNTOS JURÍDICOS/TRABALHISTAS)

* EQUIPE DE PRODUÇÃO
Claudina de Paula Dias Gomes; Wilza Carla de Sá Oliveira; Ana Karina Mendonça de Souza
(SECRETARIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS, CULTURAIS, DIVULGAÇÃO E IMPRENSA)
Jacimar Fazollo Méra (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO)

Estamos filiados a:



SUMÁRIO

Página 01:
- INSPIRAÇÃO PARA ESTA EDIÇÃO
- SUMÁRIO

Página 02:
- APÓS 1 ANO, GESTÃO RIBEIRO NO MEC É MARCADA POR FALHAS E PAUTA IDEOLÓGICA

Página 04:
- “SE COLOCARMOS A CRIANÇA REALMENTE NO CENTRO, COMO PEDIA MARIA MONTESSORI, TUDO MUDA PARA SEMPRE”

Página 05:
- NOSSA OPINIÃO: ESCOLAS, BANDA LARGA E OL. NEM TÃO SIMPLES ASSIM

Página 06:
- MEIO MILHÃO DE VIDAS PERDIDAS

Página 07:
- MEIO MILHÃO DE VIDAS PERDIDAS - ATUAÇÃO DA ABC, POLÍTICA DE CTIE.

Página 08:
- JN: EDITORIAL SOBRE AS 500 MIL MORTES PELA COVID
- GOVERNO REEDITA MEDIDAS QUE PERMITEM A REDUÇÃO DOS SALÁRIOS, DA CARGA HORÁRIA E A SUSPENSÃO DOS CONTRATOS

Página 09:
- NÃO SÓ OMO LAVA MAIS BRANCO

Página 10:
- O OPORTUNISMO DOS GRANDES CONGLOMERADOS DE EDUCAÇÃO

Página 11:
- NUNCA HAVERÁ TECNOLOGIA CAPAZ DE SUBSTITUIR A INTERAÇÃO DE UMA SALA DE AULA

SINPRONNF

APÓS 1 ANO, GESTÃO RIBEIRO NO MEC É MARCADA POR FALHAS E PAUTA IDEOLÓGICA

BRASÍLIA Escolhido para acalmar os ânimos no Ministério da Educação após as [confusões de Abraham Weintraub](#), o pastor Milton Ribeiro completa um ano no cargo no próximo sábado (10) com uma gestão marcada por polêmicas, ineficiência e reforço em questões ideológicas.

A administração do terceiro ministro da Educação de Jair Bolsonaro acumula erros em transferências de recursos e até [suspeita de atuar a favor de um grupo educacional religioso](#). O período ainda é marcado por redução de orçamento e pela ausência de medidas para enfrentar os [reflexos da pandemia na educação básica](#).

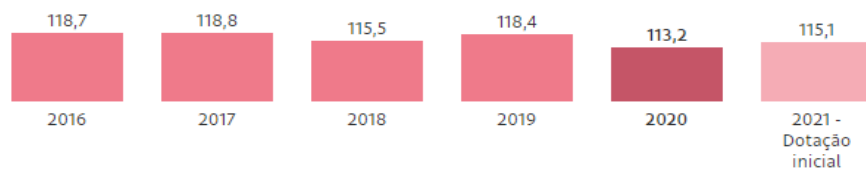
Ribeiro assumiu o cargo com as escolas fechadas havia cerca de três meses por causa da pandemia. Secretários e especialistas cobram desde o ano passado por uma coordenação federal para garantir, entre outras coisas, [conectividade para alunos](#) e plataformas educacionais.

O Congresso precisou [derrubar o veto de Bolsonaro a uma lei aprovada que prevê a garantia de internet](#) para estudantes. A única iniciativa efetiva do MEC na educação básica foi o incremento, a partir de outubro, de [cerca de R\\$ 600 milhões no programa que envia dinheiro](#) para as escolas.

No entanto, os gastos totais com esse programa, chamado Dinheiro Direto na Escola, em 2020 (de R\$ 1,7 bilhão) são os menores ao menos desde 2015, na comparação com valores atualizados. Só ficam acima dos de 2019, primeiro ano da gestão Bolsonaro.

Gastos totais do MEC

Inclui restos a pagar, em R\$ bilhões



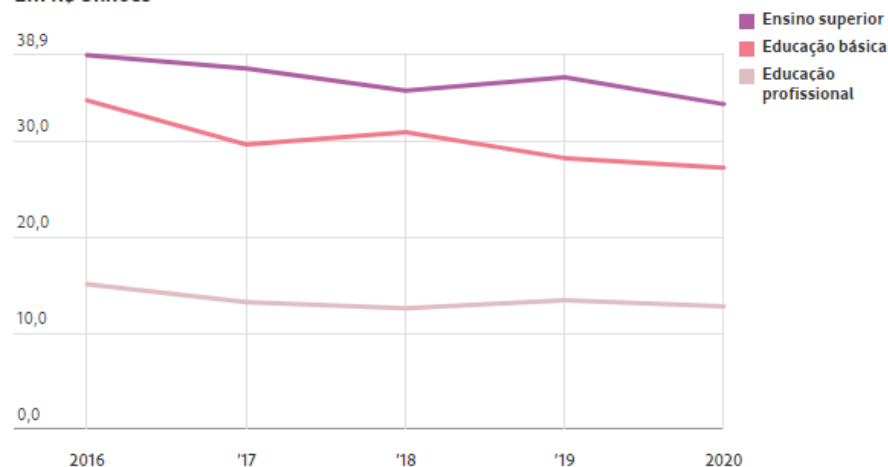
Valores atualizados pela inflação, IPCA Fontes: Siop e Conof, Câmara

A pasta fechou o ano passado com [recordes negativos de execução orçamentária na educação básica](#). Os gastos em educação representaram no ano passado 5,2% das despesas totais do governo; esse percentual já foi de 6,5% em 2016.

Questionado, o ministério não respondeu.

Gastos por subfunção

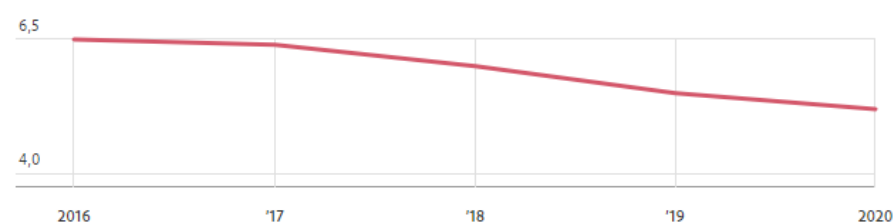
Em R\$ bilhões



Valores atualizados pela inflação, IPCA Fontes: Siop e Conof, Câmara

Participação da educação nas despesas totais

Pela função, em %



Fontes: Siop e Conof, Câmara

O ministro já disse em entrevistas que [não cabe ao MEC](#) apoiar estados e municípios e que o sistema educacional já vivia dificuldades e desigualdades antes da pandemia, eximindo o governo Bolsonaro de responsabilidade pela situação atual.

Em audiência no Senado na quinta-feira (1), voltou a defender a volta das aulas presenciais, mas admitiu que o MEC nem sequer tem um mapeamento de quantos alunos já voltaram.

O pesquisador da FGV João Marcelo Borges ressalta que Ribeiro não fez movimentos para batalhar por orçamento, não deu nenhuma solução educacional na pandemia e até projetos como o de alfabetização, lançados como prioridade do governo, andam a passos lentos.

"Ele não conseguiu, não quis ou não recebeu a demanda de coordenar a política nacional de enfrentamento à pandemia e construiu as condições de ser um tipo de ministro que o Bolsonaro quer: que defende suas bandeiras sem precisar entregar soluções, já que a educação não está na agenda de Bolsonaro", diz.

Sem uma política definida, também no campo da gestão houve falhas sob seu comando. A **Folha** revelou [erros da ordem de R\\$ 766 milhões em transferências](#) do principal mecanismo de financiamento da educação básica, o **Fundeb**. Em abril, [mais um equívoco deixou matrículas de fora no cálculo](#) da divisão dos recursos do fundo.

Nos primeiros meses no cargo, [Ribeiro passou a ser apontado nos bastidores como decorativo](#), por não se inteirar das rotinas da pasta e dar preferência a agendas e viagens com o presidente. Com o passar dos meses, reforçou iniciativas ideológicas para se estabelecer no cargo.

A única agenda legislativa prioritária da educação neste ano é exemplo disso: [a liberação do ensino domiciliar](#). Trata-se de uma pauta histórica de grupos conservadores e religiosos.

Dentro da pasta, Ribeiro tem mobilizado sua equipe para tarefas com esse caráter. O MEC chegou a mandar um ofício às universidades federais para tentar barrar manifestações políticas. [Após repercussão negativa, teve de recuar e cancelar o ato](#).

O ministro afirmou que iria olhar pessoalmente a prova do Enem para evitar questões que julgasse impertinentes. [Recuou diante de críticas](#), mas determinou a [criação de uma espécie de tribunal ideológico para fazer um pente-fino nos itens](#), como a **Folha** revelou. Com reações fortes, a publicação da portaria perdeu o ritmo de urgência dentro do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

Em outra ação de fundo ideológico, sua equipe [barrou um artigo em uma publicação do Inep](#) porque o texto trazia evidências de efeitos positivos de uma política de alfabetização do governo do PT.

Em maio, a **Folha** revelou que o [ministro atuou a favor de um centro universitário privado suspeito de fraude no Enade](#) (avaliação do ensino superior). A Unifil, de Londrina (PR), é presbiteriana, assim como o ministro.

Ribeiro protelou o envio do caso à Polícia Federal, recebeu os controladores da instituição, viajou duas vezes a Londrina e determinou que seu próprio secretário acompanhasse visita de supervisão —que absolveu a instituição.

Ele ainda teria ameaçado de demissão quem no Inep levasse o caso à esfera criminal. [O MEC negou haver irregularidades](#).

Com o argumento de falta de dinheiro, a equipe de Ribeiro já havia decidido [adiar a realização deste ano do Saeb](#), a avaliação da educação básica, e do [próprio Enem](#). Mas o ministro mudou de opinião também após repercussão negativa.

Nesse vaivém, a implementação do chamado Enem seriado e a expansão do Saeb para todas as séries foram abandonados. As ações haviam sido anunciadas pelo próprio governo, na gestão de Weintraub.

[Demitido da presidência do Inep em fevereiro, Alexandre Lopes](#) diz que elas haviam sido pensadas em diálogo com secretários de Educação e também com o MEC.

"As avaliações ajudariam nesse processo de identificar evasão e buscar informações", diz. "Educação é processo que dá trabalho e custa dinheiro. O importante é como melhorar a aplicação dos recursos e nunca diminuir."

Mesmo sem apresentar resultados, Ribeiro mantém-se no cargo com a confiança do presidente.

"O Brasil está se permitindo ter um ministro como Milton Ribeiro, cujo melhor resultado pontual e temporário foi ser reconhecido como menos pior que o Weintraub", completa João Marcelo Borges.

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO / Paulo Saldana/publicado em 04 de julho de 2021

(https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/07/apos-1-ano-gestao-ribeiro-no-mec-e-marcada-por-falhas-e-pauta-ideologica.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa)



“Se colocarmos a criança realmente no centro, como pedia Maria Montessori, tudo muda para sempre”

A jornalista italiana Cristina De Stefano passou cinco anos investigando a vida de uma das mulheres mais revolucionárias da história: Maria Montessori. Para isso, mergulhou em centenas de livros e cartas da médica, pedagoga e filósofa italiana. “Queria descobrir se Maria Montessori era uma louca, como alguns dizem, ou uma esperta mulher de negócios, como dizem outros, uma grande alma, como repetem seus seguidores, ou muito mais do que isso”, explica ela na nota final do livro. O resultado é *Il Bambino è il Maestro: Vita di Maria Montessori* (A criança é o professor: vida de Maria Montessori, ainda sem tradução ao português) uma biografia que se devora como um romance, em que De Stefano conta com um incrível pulso narrativo a história de vida de uma pessoa iluminada, uma visionária dona de um caráter profundamente contraditório e cheio de luz e sombras, de áreas obscuras; a história de vida de uma mulher que sonhou durante toda a sua existência em transformar o homem desde criança e, com isso, mudar o mundo. “Não teve êxito em seu sonho e sua revolução está inacabada, mas ela ainda pode nos inspirar hoje”, diz De Stefano.

Pergunta. Você afirma que com essa pesquisa queria descobrir “a pessoa real, para além da marca global que ainda leva seu nome”. Esse era justamente, diz no livro, um dos medos da Montessori idosa, o de passar para a história por ter criado um método pedagógico e um material didático, mas não pelo que considerava sua verdadeira revolução: “ter visto a criança em sua verdade, não uma criatura inferior, mas potencialidade absoluta de futuro”. Acredita que hoje em dia a memória de Montessori prevalece mais pelo método do que pela visão revolucionária da infância?

Resposta. Hoje dizemos Montessori e vemos o material, principalmente em escolas particulares, e um método que parece ser privilegiado. Receio que haja marketing demais, e até mesmo muitos negócios em torno do nome Montessori, que agora está em toda parte. O risco e o mais fácil é parar no material. Escutar sua mensagem revolucionária é mais complicado (e muitas vezes desconfortável para adultos, sejam pais ou professores), mas também mais emocionante. Se realmente colocamos a criança no centro, e não apenas por meio das palavras, tudo muda para sempre.

P. *Il Bambino è il Maestro: Vita di Maria Montessori* é o retrato de um gênio. Com suas luzes e suas sombras. O que mais a surpreendeu no que aprendeu ao preparar a biografia de Maria Montessori?

R. Não suspeitei do seu lado espiritual, que me tocou profundamente. Maria Montessori acredita na observação científica, mas também crê no milagre, no invisível, no poder da beleza. Esse ponto, por exemplo, me faz sentir próxima dela. Hoje, quem nos convida a criar beleza para ajudar a alma a se desenvolver é como um profeta clamando no deserto. A modernidade quase sempre parece buscar o feio como padrão. Em seus escritos, Maria Montessori sempre usava a palavra alma, sem medo; um conceito que hoje quase se tornou uma palavra amaldiçoada. E, por outro lado, não há criatura mais naturalmente espiritual do que a criança, que instintivamente sabe ouvir a sua voz interior, sabe maravilhar-se a cada momento, sabe viver perfeitamente o presente. Obviamente estou falando da criança nos seus primórdios, antes que a sociedade adulta —a partir dessa pequena sociedade que é a família— a deforme.

P. Uma das coisas que mais me impressionaram no livro é sua faceta visionária. Apenas observando as crianças ela deixou muitos princípios educacionais que mais tarde foram endossados pela neurociência. Acha que ter estado tão à frente de seu tempo fez com que fosse e se sentisse incompreendida?

R. Estar à frente do tempo em que se vive é sempre uma fonte de problemas. Em sua época, muitos consideravam Maria Montessori uma maluca. No entanto, quase tudo o que dizia (sobre o direito a um parto respeitado, sobre a vida pré-natal, sobre o funcionamento do cérebro infantil, sobre a polarização da atenção) foi confirmado muitos anos depois pela ciência.

P. O tempo histórico em que ela viveu, precisamente, a fez sofrer muito no plano pessoal. Uma mulher como ela não se enquadrava em uma sociedade em que as mulheres tinham seu caminho marcado desde o nascimento, por isso teve que pagar sua revolução com sofrimento pessoal e renúncias. Maria Montessori seria maior e mais reconhecida em uma sociedade como a de hoje?

R. Maria Montessori se impôs em um período muito difícil para a emancipação da mulher. Também nisso ela era muito moderna. Queria deixar uma marca no mundo, ser uma pessoa que trabalhava. Chegou até a abandonar o filho por muitos anos para se tornar médica. Em todo caso, não acho que o sofrimento ajude. Acho que, se tivesse vivido hoje, Maria Montessori teria feito coisas ainda mais extraordinárias.

P. Outra das coisas que mais me surpreenderam é algo que você já mencionou: ver como um método que nasceu em um bairro humilde e para crianças de famílias pobres é hoje um sistema de ensino ao qual só podem ter acesso famílias de nível socioeconômico elevado. É um grande paradoxo.

R. É um triste paradoxo. Como conto no livro, esse é o resultado de como era sua vida. As autoridades públicas de Roma não podem ou não querem colaborar com ela, e por isso são as elites, principalmente as anglo-saxãs, que se interessam e financiam suas pesquisas, porque as elites sabem muito bem que a formação é essencial para criar uma classe dominante. Mas essa tendência ainda pode ser revertida. Mais e mais escolas públicas estão adotando o sistema Montessori. Aqueles que argumentam que os custos são altos muitas vezes escondem sua falta de vontade para mudar radicalmente a escola. O material é caro, é verdade, mas é indestrutível e dura décadas. E depois há as aplicações Montessori em residências de idosos, em campos de refugiados, em países menos desenvolvidos. Nunca é tarde para voltar à inspiração do compromisso social que o método teve em seus primórdios.

P. Lendo o livro, me pareceu encontrar o momento em que ocorre esta transição entre um método para crianças de famílias pobres e um método educativo para crianças de famílias ricas: a abertura da primeira escola Montessori nos Estados Unidos. Não sei se há informações sobre o que Maria Montessori pensou sobre essa evolução de seu método pedagógico.

R. Sim, a primeira escola Montessori nos Estados Unidos foi criada para filhos de ricos, todos eles banqueiros e financistas. Não encontrei os comentários de Maria Montessori sobre essa primeira iniciativa, mas estamos falando de uma época em que as coisas explodiam ao seu redor e ela realmente não controlava quase nada. Nos mesmos anos, para dar outro exemplo, os socialistas de Viena criaram escolas Montessori para crianças que passavam fome após a Primeira Guerra Mundial. Tudo isso aconteceu em meio a uma total falta de coordenação e planejamento. Maria Montessori foi uma visionária, mas certamente não uma mulher prática.

P. Eu fiz a pergunta anterior porque, se algo fica bem claro depois de ler sua biografia, é que Maria, embora não fosse prática, era muito protetora com seu método. Queria controlar tudo sozinha, a ponto de ficar irritada com os livros que outras mães e professoras publicaram explicando como aplicar o método Montessori na escola e em casa. Hoje existem centenas de livros e blogs dedicados ao método, influenciadores que ganham a vida divulgando seus princípios em blogs e redes sociais ... O que você acha que passaria pela cabeça de Maria Montessori se ela pudesse reviver e ver a expansão sem controle de sua metodologia?

R. Na década de 1960, seu filho Mario tentou impedir essa proliferação descontrolada proibindo o uso do nome Montessori, mas os juízes norte-americanos decretaram que agora era um patrimônio da humanidade. A partir desse momento, qualquer pessoa pode colocar o nome Montessori em uma escola ou caixa de atividades, principalmente por ser um nome que vende. Não creio que Maria Montessori ficaria feliz ao ver isso, mas, no fundo, esse é o dilema de todo fundador: divulgar a mensagem diluindo ou preservando a pureza das origens? Pessoalmente, acho que a divulgação é mais importante. Deixar a ideia Montessori se infiltrar no mundo, nas famílias e nas escolas só pode tornar as coisas melhores.

P. Ao longo de sua vida Maria Montessori pensou que “a educação é uma técnica do amor” e que por meio desse amor seria possível mudar o mundo, começando essa mudança com as crianças. Em um mundo como o de hoje, assolado por guerras, crises de refugiados, pandemias globais e crises climáticas, adquire mais importância ver se cabe essa visão da educação de Maria Montessori?

R. O mundo de hoje é muito menos violento que o do passado. Isso é o que dizem todas as estatísticas. O que aumentou foram as informações sobre a violência. Daí a sensação que temos de viver tempos piores à medida que a humanidade avança. Dito isso, acredito profundamente no sonho de Maria Montessori. Acredito que se as crianças puderem se desenvolver harmoniosamente, em especial nos primeiros anos, elas serão adultos mais equilibrados, mais capazes de autocontrole, comunicação não violenta e capacidade de atenção. Não é por acaso que Maria Montessori disse que não devemos educar “para” a paz, mas educar “na” paz. É diferente. É melhor. No entanto, são os adultos que têm que mudar, e isso já é mais difícil.

Fonte: ADRIÁN CORDELLAT – EL PAIS / Publicado em 07 de OUTUBRO de 2020

(<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-07/se-colocarmos-a-crianca-realmente-no-centro-como-pegia-maria-montessori-tudo-muda-para-sempre.html?ssm=whatsapp>)



NOSSA OPINIÃO: ESCOLAS, BANDA LARGA E OI. NEM TÃO SIMPLES ASSIM

A pedido da Fale Rio (Frente Ampla pela Liberdade de Expressão), a Comissão Especial Cidades Inteligentes, da Câmara Municipal do Rio, realizou no dia 23/6 uma Audiência Pública para discutir o Plano de Banda Larga nas Escolas da Rede Municipal.

O Plano Banda Larga nas Escolas existe desde 2008, no âmbito do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU). Com ele, trocou-se a instalação de Postos de Serviços de Telecomunicações pela obrigação de levar infraestrutura de banda larga a todos os municípios brasileiros e dar conexão gratuita, em velocidades crescentes, a todas as escolas públicas até 2025, data de encerramento dos contratos.

Da audiência, presidida pelo vereador Reimont (PT), participaram o Instituto Telecom, o vereador Alexandre Isquerto e representantes do Clube de Engenharia, Tribunal de Contas do Município, Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Secretaria Municipal de Educação e a Oi. Ausente, mais uma vez, a Anatel.

Segundo o representante da Oi, Helton Posseti, todas as 1.603 escolas da cidade do Rio, sejam elas municipais, estaduais ou federais, possuem banda larga gratuita. E foi além. Disse que 53 mil escolas são atendidas gratuitamente pela Oi em todo o Brasil. Será? Tão simples assim?

Para o representante da Secretaria Municipal de Educação, Bruno Mendonça, a situação é outra. Ele afirmou que há contratações de banda larga de outras operadoras, o que prova que a Oi não entrega gratuitamente a banda larga. Ainda de acordo com Bruno, nas escolas em que está presente a Oi não entrega a mesma velocidade disponibilizada para o mercado e o suporte da empresa deixa a desejar. Cobrou também uma interlocução local com o Ministério da Educação.

A coordenadora do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE), Izabel Costa, destacou que muitos alunos sequer têm celular e cobrou agilidade na ação, lembrando que nesses dois anos de pandemia já deveria ter havido um conjunto de iniciativas para enfrentar a exclusão digital.

“Vamos discutir e debater como equacionamos este problema. A pandemia ressaltou isso. Educação tem que ser de qualidade, tanto presencial quanto remotamente, por isso a banda larga é tão importante. É um direito da educação e um dever da Oi que assinou o contrato com o governo federal em 2008”, cobrou o presidente da Comissão Especial Cidades Inteligentes, vereador Reimont.

Na audiência ficou definida a criação de um grupo no âmbito da Comissão Especial das Cidades Inteligentes para verificar se a Oi está garantindo o acesso à banda larga nas escolas municipais gratuitamente, e com qualidade, como está previsto em contrato assinado por ela.

O fato é que demos um passo importante para garantir esse direito. Vamos continuar cobrando a sua eficácia.

Instituto Telecom, Terça-feira, 29 de junho de 2021

Fonte: iTELECOM / Publicado em 29 de junho de 2021

(<http://www.institutotelecom.com.br/nossa-opiniao-escolas-banda-larga-e-oi-nem- tao-simples- assim/>)

O MURAL DA VERGONHA

MEIO MILHÃO DE VIDAS PERDIDAS

Em sete de abril de 2020, Dia Mundial da Saúde, as seis entidades signatárias desta carta manifestaram-se diante da expansão da Covid-19, lançando o Pacto Pela Vida e Pelo Brasil, endossado por organizações e pessoas de todo o país. Sinais indicavam se tratar de um vírus de alta transmissão, com impactos graves sobre o organismo humano, pedindo medidas firmes, guiadas pela ciência, para conter o seu alastramento. Previase que a crise sanitária atingiria de forma desigual a população brasileira, afetando particularmente os mais vulneráveis.

O Brasil contava, então, com 688 óbitos pelo coronavírus. Hoje, passado pouco mais de um ano, são 500 mil óbitos, meio milhão de vidas perdidas. O equivalente a duas vezes e meia o número de mortos pelas bombas de Hiroshima e Nagasaki, em 1945.

Uma palavra de esperança sempre será necessária para confortar as milhares de famílias afetadas pela perda de entes queridos. A todas, nosso sentimento e nossa solidariedade. Contudo, continua causando estranheza, e também indignação, as manifestações contrárias às medidas recomendadas por organismos sanitários, no cuidado e na promoção da vida humana.

É incompreensível, especialmente por parte do Presidente da República, no exercício de suas atribuições constitucionais, a promoção de aglomerações com objetivos ideológico-políticos, estimulando comportamentos sociais com risco epidemiológico. Tais atitudes são um atentado contra a vida e contra os valores democráticos.

Manifestações de autoridades promovendo o uso de medicação sem eficácia no combate ao vírus, o descrédito propagado em torno da ciência, a omissão em relação às vacinas, a multiplicação de fake news, a desorientação sanitária e a falta de coordenação nacional no enfrentamento da pandemia cooperaram para que o número de doentes e mortos alcançasse níveis exorbitantes.

Pertinente e indispensável é a CPI instalada no Senado Federal, que se debruça sobre um mar de informações, convergindo para uma certeza: negacionismo mata. Desejamos que a CPI, ao concluir seus trabalhos, elucide a verdade dos fatos para os brasileiros, podendo abrir um novo capítulo em nossa história democrática.

Importante ressaltar que a falsa oposição entre salvar vidas e salvar a economia, que ainda alimenta o discurso oficial, revela a estratégia de quem não faz nem uma coisa nem outra. A população sofre com a falta de vacinas, cuja compra foi sistematicamente negligenciada por órgãos oficiais, assim como sofre pela falta de trabalho e de perspectivas. A concentração de renda, uma das maiores do mundo, segue seu curso, enquanto a fome se instala em milhões de lares. E o necessário auxílio emergencial, que deveria continuar a ser de R\$ 600, serve como paliativo, jamais como solução.

O Estado democrático de direito, com amplo respeito às instituições, promove o convívio social pacífico, estimulando o entendimento e a disposição para a construção de uma nação mais justa e fraterna. Porém, não é nessa direção que caminham alguns setores da sociedade e parcela dos governantes. O vazio de políticas públicas, ao lado das políticas da desconstrução, não só no âmbito da saúde, mas em educação, cultura, meio ambiente, moradia, emprego, geração de renda, apoio à ciência e inovação, revela a sociedade que se sente confusa, abandonada e adoecida.

Expressamos aqui a nossa solidariedade, com uma palavra de conforto. Se, por um lado, a morte de tantos requer o silêncio respeitoso e as preces dos que têm fé, de outro lado, conclamamos mais uma vez a união nacional em defesa da vida e da democracia no Brasil. Dias melhores virão. Seja esta a bandeira de um novo tempo. Vidas perdidas não serão esquecidas.

Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Felipe Santa Cruz
Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

José Carlos Dias
Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns – Comissão Arns

Luiz Davidovich
Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Paulo Jeronimo de Sousa
Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

Ildu de Castro Moreira
Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Autor: SBPC – 21 de Junho 2021
(<http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/meio-milhao-de-vidas-perdidas/>)



O MURAL DA VERGONHA

MEIO MILHÃO DE VIDAS PERDIDAS - ATUAÇÃO DA ABC, POLÍTICA DE CTIE.

Em 7 de abril de 2020, Dia Mundial da Saúde, as seis entidades signatárias deste artigo manifestaram-se diante da expansão da Covid-19, lançando o Pacto Pela Vida e Pelo Brasil, endossado por organizações e pessoas de todo o país.

Sinais indicavam se tratar de um vírus de alta transmissão, com impactos graves sobre o organismo humano, exigindo medidas firmes, guiadas pela ciência, para conter o seu alastramento. Previa-se que a crise sanitária atingiria de forma desigual a população brasileira, afetando particularmente os mais vulneráveis.

O Brasil contava, então, com 688 óbitos pelo novo coronavírus. Hoje, passado pouco mais de um ano, chegamos a 500 mil óbitos, meio milhão de vidas perdidas. O equivalente a duas vezes e meia o número de mortos pelas bombas de Hiroshima e Nagasaki, em 1945.

Uma palavra de esperança sempre será necessária para confortar milhares de famílias afetadas pela perda de entes queridos. A todas, nosso sentimento e nossa solidariedade. Contudo, continua causando estranheza, e também indignação, as manifestações contrárias às medidas recomendadas por organismos sanitários, no cuidado e na promoção da vida humana.

É incompreensível, especialmente por parte do presidente da República, no exercício de suas atribuições constitucionais, a promoção de aglomerações com objetivos ideológico-políticos, estimulando comportamentos sociais com risco epidemiológico. Tais atitudes são um atentado contra a vida e contra os valores democráticos.

Manifestações de autoridades promovendo o uso de medicação sem eficácia no combate ao vírus, o descrédito propagado em torno da ciência, a omissão em relação às vacinas, a multiplicação de fake news, a desorientação sanitária e a falta de coordenação nacional no enfrentamento da pandemia cooperaram para que o número de doentes e mortos alcançasse níveis exorbitantes.

Pertinente e indispensável é a CPI instalada no Senado Federal, que se debruça sobre um mar de informações, convergindo para uma certeza: o negacionismo mata. Desejamos que a comissão, ao concluir seus trabalhos, elucide a verdade dos fatos para os brasileiros, podendo abrir um novo capítulo em nossa história democrática.

Importante ressaltar que a falsa oposição entre salvar vidas e salvar a economia, que ainda alimenta o discurso oficial, revela a estratégia de quem não faz nem uma coisa nem outra. A população sofre com a falta de vacinas, cuja compra foi sistematicamente negligenciada por órgãos oficiais, assim como sofre pela falta de trabalho e de perspectivas. A concentração de renda, uma das maiores do mundo, segue seu curso, enquanto a fome se instala em milhões de lares. E o necessário auxílio emergencial, que deveria continuar a ser de R\$ 600, serve como paliativo, jamais como solução.

O Estado democrático de Direito, com amplo respeito às instituições, promove o convívio social pacífico, estimulando o entendimento e a disposição para a construção de uma nação mais justa e fraterna. Porém, não é nessa direção que caminham alguns setores da sociedade e parcela dos governantes.

O vazio de políticas públicas, ao lado das políticas da desconstrução, não só no âmbito da saúde, mas em educação, cultura, meio ambiente, moradia, emprego, geração de renda e apoio à ciência e inovação, revela a sociedade que se sente confusa, abandonada e adoecida.

Expressamos aqui a nossa solidariedade, com uma palavra de conforto. Se, por um lado, a morte de tantos requer o silêncio respeitoso e as preces dos que têm fé, de outro lado, conclamamos mais uma vez a união nacional em defesa da vida e da democracia no Brasil. Dias melhores virão. Seja esta a bandeira de um novo tempo. Vidas perdidas não serão esquecidas.

Dom Walmor Oliveira de Azevedo
 Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Felipe Santa Cruz
 Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

José Carlos Dias
 Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo
 Evaristo Arns – Comissão Arns

Luiz Davidovich
 Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Paulo Jeronimo de Sousa
 Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

Ildeu de Castro Moreira
 Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Autor: Academia Brasileira de Ciências.

Fonte:
 (<http://www.abc.org.br/2021/06/23/meio-milhao-de-vidas-perdidas/>)



Autor: SINDIPETRO - RJ.

Fonte:
 (<https://sindipetro.org.br/1-de-maio-2021/>)

O MURAL DA VERGONHA

JN: EDITORIAL SOBRE AS 500 MIL MORTES PELA COVID

Em agosto de 2020, quando o Brasil ultrapassou o registro escandaloso de 100 mil mortes pela Covid, o Jornal Nacional se manifestou sobre essa tragédia num editorial. Parecia que o país tinha superado um limite inalcançável, 100 mil mortos. Neste sábado (19), são 500 mil. Meio milhão de vidas brasileiras perdidas.

O sentimento é de horror e de uma solidariedade incondicional às famílias dessas vítimas. São milhões de cidadãos enlutados.

Hoje, é evidente que foram muitos - e muito graves - os erros cometidos. Eles estão documentados por entrevistas, declarações, atitudes, manifestações.

A aposta insistente e teimosa em remédios sem eficácia, o estímulo frequente a aglomerações, a postura negacionista e inconsequente de não usar máscaras e, o pior, a recusa em assinar contratos para a compra de vacinas a tempo de evitar ainda mais vítimas fatais.

No editorial que marcou as 100 mil mortes, nós dissemos que era preciso apurar de quem é a culpa. Dissemos textualmente que esse momento chegaria.

Desde o início de maio, o Senado está investigando responsabilidades. Haverá consequências. E a mais básica será a de ter levado ao povo brasileiro o conhecimento sobre como e por que se chegou até aqui.

Quando todos nós olharmos para trás, quando nos perguntarem o que fizemos para ajudar a evitar essa tragédia, cada um de nós terá a sua resposta. A esmagadora maioria vai poder dizer, com honestidade e com orgulho, que fez de tudo, fez a sua parte e mais um pouco.

Nós, do Jornalismo da Globo, estamos há um ano e meio, com base na ciência, cumprindo o nosso dever de informar, sem meias palavras. Muitas vezes nós pagamos um preço por isso, com incompreensões de grupos que são minoritários, mas barulhentos. Não importa. Nós seguimos em frente, sem concessões. E seguiremos em frente, sem concessões.

Porque tudo tem vários ângulos e todos devem ser sempre acolhidos para discussão. Mas há exceções. Quando estão em perigo coisas tão importantes como o direito à saúde, por exemplo. Ou o direito de viver numa democracia. Em casos assim, não há dois lados. E é esse o norte que o Jornalismo da Globo continuará a seguir.

Fonte: G1 – Jornal Nacional / Publicado em 19 de Junho de 2021
 (<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/06/19/jn-editorial-sobre-as-500-mil-mortes-pela-covid.ghtml>)

GOVERNO REEDITA MEDIDAS QUE PERMITEM A REDUÇÃO DOS SALÁRIOS, DA CARGA HORÁRIA E A SUSPENSÃO DOS CONTRATOS

Atenção professoras e professores, o governo federal publicou nessa quarta-feira (28) as Medidas Provisórias nº 1.045/2021 e 1.046/2021 que permitem aos empregadores reduzirem os salários e a carga horária de seus empregados, e até suspenderem os contratos de trabalho durante a pandemia (120 dias). Mas o trabalhador que sofrer o impacto das MPs receberá o pagamento de um benefício salarial do governo (tendo como base o seguro desemprego).

Orientamos aos professores e professoras que fiquem atentos e não aceitem qualquer pressão da parte de seu empregador, caso ele indique que irá utilizar as MPs. Se ocorrer qualquer problema, contate o Sinpro. Leia mais detalhes sobre as MPs:

1) A redução da jornada e do salário pode ser feita nos percentuais de 25%, 50% ou 70%, e o pagamento do benefício também se baseia nesses números. Por exemplo: um trabalhador que tem sua jornada e seu salário reduzidos em 25% receberá do governo exatamente 25% do valor a que teria direito se fosse demitido e passasse a receber seguro-desemprego.

2) Em caso de suspensão temporária do contrato de trabalho, o empregador deve continuar pagando todos os benefícios eventualmente concedidos ao empregado, como vale-transporte e vale-refeição, por exemplo.

3) O empregado ainda terá seu emprego garantido pelo tempo que durar a suspensão ou a redução de jornada e salário e após o reestabelecimento da situação, por igual período. Ou seja: se passar 120 dias com seu contrato suspenso ou com jornada e salário menores, por exemplo, estará assegurado naquela vaga durante todo esse tempo, mais 120 dias adicionais.

4) Mas atenção, o valor máximo do benefício (seguro-desemprego) foi reajustado para R\$ 1.911,84. Na prática, uma pessoa que tem direito a esse teto e que entra em acordo com seu empregador para reduzir sua jornada e seu salário vai receber: 75% de seu salário atual + 25% de R\$ 1.911,84; ou 50% de seu salário atual + 50% de R\$ 1.911,84; ou 30% de seu salário atual + 70% de R\$ 1.911,84.

5) A MP 1.045 também determina que os acordos individuais de redução de jornada de trabalho e de salário ou de suspensão temporária do contrato de trabalho têm que ser comunicados pelos empregadores ao Sindicato da categoria profissional no prazo de dez dias corridos, contado da data de sua celebração – no caso, tem que ser comunicado ao Sindicato dos Professores da regial (Sinpro).

6) As MPs são emergenciais e têm prazo determinado de validade, a contar de hoje (28), de 120 dias. Elas ainda têm que passar pelo Congresso, que poderá manter ou modificar o texto.

Leia a MP 1045.

Leia a MP 1046.

Fonte: SINPRONNF / Publicado em 28 de Abril de 2021
 (<https://www.sinpronnf.com.br/governo-reedita-medidas-que-permitem-a-reducao-dos-salarios-da-carga-horaria-e-a-suspensao-dos-contratos/?v=908f9fa6d01c>)

NÃO SÓ OMO LAVA MAIS BRANCO

"A luta antirracista tem que incluir o combate ao branqueamento da cultura. Se OMO lava mais branco eu não sei. Sei que o supremacismo branco, hoje incrustado no Palácio do Planalto, precisa ser urgentemente raspado, com palha de aço, de nossa cultura e de nossas atitudes", escreve Frei Betto, escritor, autor de "Por uma educação crítica e participativa" (Rocco), entre outros livros.

Eis o artigo.

Também o diversionismo ideológico. Alberto Fernández, presidente da Argentina, declarou em diálogo com Pedro Sánchez, premiê da Espanha: "os mexicanos saíram dos índios; os brasileiros saíram da selva; mas nós, argentinos, chegamos dos barcos – barcos que vinham da Europa".

Há brasileiros que se sentiram ofendidos. Não é o meu caso. Fernández tem razão, viemos da selva e da senzala. Foi o que constatou o Projeto Genoma 2000 ao pesquisar o DNA predominante dos brasileiros. Sinto-me honrado ao saber que descendo de duas etnias oprimidas por nossos colonizadores. E altamente civilizadas.

Por isso, me recuso a usar expressões como "capitalismo selvagem". Os originários da selva, os povos indígenas são, por natureza, anticapitalistas. Não são competitivos, mas solidários; não acumulam, partilham; não devastam a natureza, preservam. E, ao contrário de nós, brancos urbanizados, não vivem para trabalhar, mas trabalham para viver.

Foi dos negros, trazidos ao Brasil como escravos pelos europeus "civilizados", que herdamos tradições religiosas como o candomblé, técnicas de agricultura e metalurgia, a capoeira e o samba, e pratos como vatapá, feijoada, caruru, mungunzá, acarajé e pamonha.

O que repugno no discurso de Fernández é essa empáfia de achar que descender de europeu é prova de requinte humano. Perguntem aos asiáticos quem promoveu a Guerra do Ópio; aos africanos, quem explorou suas riquezas naturais, dizimou seus animais e desencadeou massacres genocidas; aos latino-americanos e caribenhos, quem trucidou milhões de indígenas altamente civilizados, doutores em matemática, meteorologia e astronomia, construtores de cidades monumentais como Tenochtitlán, no México, fundada em 1325 pelos astecas, Machu Picchu, no Peru, edificada pelos incas em meados do século XV.

Foram os europeus que, do alto de sua pretensa superioridade (só efetiva quanto aos arsenais bélicos) que levaram, aos três continentes, saques, violência, escravidão, massacres e mortes.

Isso não significa que eu seja antieuropeu. Sou contra mentiras históricas. Sei muito bem o quanto a Europa nos legou em todos os campos do saber, da arte e do fazer. Mas sei também quanta ciência os árabes ensinaram aos europeus e quanta tecnologia os europeus aprenderam com os chineses.

É asneira debater que povo é mais culto do que outro. Não existe ninguém mais culto do que o outro. Existem culturas distintas e socialmente complementares. O que seria de Einstein sem Maria, a cozinheira porto-riquenha que lhe preparava as refeições? E se pesar na balança quem dependia mais da cultura do outro? Maria passava muito bem sem a menor noção de como funcionam as leis do Universo. Mas Einstein dependia da cultura culinária de Maria para sobreviver.

Não me alongo aqui sobre a ignorância de Fernandez quanto às origens indígenas do povo argentino, que aprendi ao visitar Santiago del Estero, a primeira cidade do país. O ex-presidente Macri já havia cometido a mesma gafe no Fórum Econômico de Davos, em 2018, ao afirmar que "todos os argentinos" são "descendentes de europeus".

O que realmente me preocupa é o branqueamento da cultura. É pior que o racismo. Porque, ao repudiar o negro, o branco sinaliza que enxerga o negro. Preocupante é quando o outro sequer é notado. Como acontece com Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares. Sua mentalidade é tão lavada pelo OMO ideológico que, no espelho, não logra enxergar a cor da própria pele.

Estranho quando vejo chamarem os negros de "afrodescendentes". O termo surgiu em 2001, na conferência da ONU sobre racismo e xenofobia, em Durban, África do Sul. Isso é invenção de gringo, "made in USA", para advertir os negros: "Vocês não são daqui. Comportem-se! Caso contrário, serão deportados para a África!"

Ora, jamais fui chamado de lusodescendente, iberodscendente ou eurodescendente. E estranho quando leio romances em que a maioria dos personagens é, supostamente, branca, o que dispensa o autor de explicitar a cor da pele. Mas, em se tratando de personagem negro...

A luta antirracista tem que incluir o combate ao branqueamento da cultura. Se OMO lava mais branco eu não sei. Sei que o supremacismo branco, hoje incrustado no Palácio do Planalto, precisa ser urgentemente raspado, com palha de aço, de nossa cultura e de nossas atitudes.

Autor: Instituto Humanistas UNISINOS – 15 de junho de 2021

Fonte:

(<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/610180-nao-so-omo-lava-mais-branco>)

SOBRE A MP QUE REDUZ SALÁRIOS

**PROFESSORAS(ES) DE ESTABELECIMENTOS
 PRIVADOS DE ENSINO SINDICALIZADOS:
 NÃO ASSINEM QUALQUER ADITIVO CONTRATUAL
 COM REDUÇÕES DE SALÁRIOS E ALTERAÇÕES
 LESIVAS. CONTATE O SINPRO.**



CONTATOS

www.sinpronnf.com.br

 (22) 98813-6303

 (22) 98813-6302

sinpro.nnf@gmail.com

CONTEE

O oportunismo dos grandes conglomerados de educação

Devemos nos levantar contra a cartelização, escreve Gilson Reis

Lemann, Kroton, Yduqs, Ânima Holding, SEB, Pearson, Bahema, Ser Educacional, Inspira. Em comum, apesar dos irônicos nomes das duas últimas, tudo o que essas empresas não são é inspiração pedagógica ou exemplo de preocupação educacional. As outras denominações, às vezes só um amontoado de letras ou palavras cuja pronúncia deixa dúvidas, na verdade dizem bem a respeito do que o conjunto dessas empresas, bancos e multinacionais representa: desnacionalização, alta lucratividade, capital financeiro nacional e internacional, nenhum compromisso com a **educação** como direito constitucional e instrumento de desenvolvimento nacional sustentável.

Só para comentar alguns exemplos, **Jorge Paulo Lemann**, do grupo educacional Eleva, é conhecido, entre outros negócios, como sendo um dos fundadores do Banco Garantia e da Ambev, grande multinacional do ramo de bebida. O Inspira é controlado por um fundo gerido pelo BTG Pactual, nada mais do que um banco de investimentos. A Bahema, por sua vez, foi fundada em Salvador, na década de 1950, como empresa de comercialização de implementos agrícolas e seu braço educacional teve início apenas em 2017 (não por coincidência depois do golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff e possibilitou a ascensão da política econômica ultraliberal ao poder), por meio de controle direto ou participação no controle de escolas de educação básica. E o que investimentos no mercado financeiro, bebidas, implementos agrícolas e educação têm de semelhante? Para essas corporações, o fato de que não passam de mercadorias a serem comercializadas. O que querem é vender e obter lucros, qualquer que seja o “produto” – e educação, para eles, é apenas mais um.

Neste momento da história em que a educação vive sua maior crise das últimas décadas, grupos “educacionais” de capital aberto têm ido às compras, aproveitando-se da pandemia. Sim, professores e técnicos administrativos continuam sendo largamente atacados e acusados de “não quererem trabalhar”, como se o volume de demandas não tivesse ampliado com o ensino remoto adaptado e adotado como medida emergencial para conter a disseminação do coronavírus e reduzir os riscos de contágio pela Covid-19. Sim, escolas da educação básica – da educação infantil aos ensinos fundamental e médio – e instituições de pequeno e médio porte também continuam sofrendo os impactos e tendo que fechar as portas. Ou mudar de dono.

Só para comentar alguns exemplos, **Jorge Paulo Lemann**, do grupo educacional Eleva, é conhecido, entre outros negócios, como sendo um dos fundadores do Banco Garantia e da Ambev, grande multinacional do ramo de bebida. O Inspira é controlado por um fundo gerido pelo BTG Pactual, nada mais do que um banco de investimentos. A Bahema, por sua vez, foi fundada em Salvador, na década de 1950, como empresa de comercialização de implementos agrícolas e seu braço educacional teve início apenas em 2017 (não por coincidência depois do golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff e possibilitou a ascensão da política econômica ultraliberal ao poder), por meio de controle direto ou participação no controle de escolas de educação básica. E o que investimentos no mercado financeiro, bebidas, implementos agrícolas e educação têm de semelhante? Para essas corporações, o fato de que não passam de mercadorias a serem comercializadas. O que querem é vender e obter lucros, qualquer que seja o “produto” – e educação, para eles, é apenas mais um.



Neste momento da história em que a educação vive sua maior crise das últimas décadas, grupos “educacionais” de capital aberto têm ido às compras, aproveitando-se da pandemia. Sim, professores e técnicos administrativos continuam sendo largamente atacados e acusados de “não quererem trabalhar”, como se o volume de demandas não tivesse ampliado com o ensino remoto adaptado e adotado como medida emergencial para conter a disseminação do coronavírus e reduzir os riscos de contágio pela Covid-19. Sim, escolas da educação básica – da educação infantil aos ensinos fundamental e médio – e instituições de pequeno e médio porte também continuam sofrendo os impactos e tendo que fechar as portas. Ou mudar de dono.

Esse processo não é de agora. Para compreendermos o que está acontecendo hoje temos que nos remeter aos anos 1990, à gestão de Fernando Henrique Cardoso e do ministro Paulo Renato, e à transformação, pelo Banco Mundial, da educação em serviço. A partir daí tivemos três fases. A primeira, do governo FHC, é a da mercantilização, quando a educação começa a ser comprada e comercializada em qualquer esquina do Brasil. A segunda é a do processo de financeirização, já nos anos 2000, de fusões, aquisições e transformação da educação em player no mercado financeiro com sua comercialização nas bolsas de valores. E a terceira é quando, além da internacionalização, houve um estrangulamento no grande investimento que o setor privado fazia no ensino superior e essas empresas partiram para a educação básica. Agora, entramos numa quarta fase, de ainda maior concentração financeira, acentuada pela pandemia.

Não é só a questão econômica que está em jogo, porém. Como fica a questão do trabalho, com o setor patronal cada vez mais concentrado, centralizado e articulado em nível nacional, buscando, em cada mesa de negociação, inviabilizar as convenções coletivas de trabalho, acordos e reivindicações de professores e técnicos administrativos? E como fica a questão da qualidade educacional, dos projetos político-pedagógicos e da concepção de formação da infância e da juventude, quando, por exemplo, de cada cinco faculdades do Brasil, três não cumprem com o mínimo ideal para a formação dos alunos ou quando a aquisição de escolas visa também introduzir no ensino conceitos padronizados e pasteurizados? Essas são preocupações reais e que precisam, urgentemente, ser combatidas por uma grande articulação nacional: dos trabalhadores em educação; do movimento estudantil; das entidades que defendem a educação pública, gratuita e socialmente referenciada e a regulamentação do ensino privado; de toda a sociedade.

Devemos nos levantar urgentemente contra a cartelização da educação, exigir uma educação pública e universal e, sobretudo, uma educação vinculada ao nosso projeto nacional de desenvolvimento.

Gilson Reis é coordenador-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – Contee

Autor: Gilson Reis – Carta Capital - Instituto Humanistas UNISINOS – 5 de julho de 2021

Fonte:
 (<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/o-oportunismo-dos-grandes-conglomerados-de-educacao/>)



**Nunca existirá tecnologia capaz
de substituir a interação de uma
sala de aula.**

